



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

MULHERES EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL E O PROGRAMA MULHERES MIL: O PAPEL DAS POLÍTICAS NA PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO PARA O TRABALHO

SUEDE MAYNE PEREIRA ARAÚJO

MARIA LUIZA HEINE

EIXO: 2. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

RESUMO

Este trabalho identificou os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil no Campus IFBA- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, para o alcance da emancipação de mulheres para o mundo do trabalho. Objetivou-se entender as políticas públicas e de que forma elas afetam as mulheres do Programa, evidenciando os limites da gestão das políticas educacionais atrelados à realidade da exclusão social no contexto neoliberal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, através do método da pesquisa-ação a partir da perspectiva dos próprios beneficiários, que teve como sujeitos as mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir. O recorte empírico focou a investigação da situação de vida das mulheres, na tentativa de entender de que forma o programa poderia contribuir para a emancipação dessas mulheres para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Mulher. Políticas Públicas. Trabalho.

WOMEN IN SITUATION OF SOCIAL FRAGILITY AND THE *MULHERES MIL* PROGRAM: the role of policies in the perspective of emancipation for the job

ABSTRACT

This work identified the limits of application of the Mulheres Mil (Thousand Women) Program – Campus Ilhéus - IFBA- Federal Institute of Education, Science and Technology Bahia, for the scope of the emancipation of women to the world of work. Aimed to understand public policies and how they affect women in the program, showing the boundaries of the management of educational policies tied to the reality of social exclusion in neo-liberal context. This is a qualitative and exploratory research, through action research method from the perspective of the beneficiaries, which had as its subject the women of the Vila Cachoeira and Assentamento Frei Vantuir. The empirical research of focused clipping situation of women's lives, in an attempt to understand how the program could contribute to the emancipation of these women to the world of work.

Keywords: Women. Work. Public Politic.

Introdução

O Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de fragilidades.

Fragilidades são situações em que as pessoas passam pela falta de perspectiva de emprego e enfraquecimento dos vínculos sociais, acompanhados de crise de identidade por diversos problemas. Envolve o risco de ruptura do equilíbrio existente entre o indivíduo e o meio social que caracteriza a integração, segundo Paugam (1993).

Atuar com política para mulheres em situação de fragilidade, frente à falta de oportunidade de trabalho, é uma tarefa complexa, haja vista o reflexo negativo do desemprego estrutural e das dificuldades de inserção profissional. Tal situação causa desconforto, e conforme analisa Xiberras (1996),

As situações de fragilidades social, às quais as mulheres estão inseridas, são frequentemente caracterizadas por ameaças de ruptura do laço social de proximidade e de solidariedade e também do próprio vínculo simbólico que caracteriza a adesão ao grupo, acarretando frequentemente acumulação de insucesso, rejeição e exclusão social (XIBERRAS, 1996, p. 9).

Frente às fragilidades das mulheres, o Programa Mulheres Mil foi implantado na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em parceria cooperativa com o Sistema de Faculdades e Institutos Canadenses, representados pela Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC) e os Institutos Federais (IFs), representados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Ao longo da implementação do programa-piloto, que teve início em 2005, com a perspectiva de manter convênio até 2010, as equipes canadenses e brasileiras desenvolveram e implementaram o Sistema de Acesso e Permanência para os IFs.

A Metodologia para este Sistema de Acesso, Permanência e Êxito foi implantada em treze estados em 2007 e expandida posteriormente para outros Institutos Federais. O primeiro passo da metodologia do programa foi o estabelecimento de diálogo com a Comunidade, resultando na inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais. Assim, criou-se uma modalidade de cursos de curta duração voltados para mulheres e realizados nos Institutos Federais através da Coordenação de Extensão dos *campi*. Nesse contexto, entrevista e análise socioeconômica são instrumentos de seleção para garantir vaga.

No ano de 2014, como forma de manter o Programa financeiramente, o governo Federal implementou o Programa Mulheres Mil dentro da proposta do PRONATEC, tendo como parceiro o MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e assim passou o processo de cadastro de matrícula para os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, tendo como indicador o Programa Bolsa Família, através da Proteção Social Básica.

A presente pesquisa analisou, nessa perspectiva, as políticas públicas de educação do Programa Mulheres Mil, IFBA – Campus Ilhéus, refletindo de que forma estas afetam as mulheres que vivem em situações de fragilidade social e são contempladas pelo programa, na perspectiva de emancipação para o trabalho. Nesse sentido, a pesquisa avaliou os processos educacionais do Programa Mulheres Mil, através das mulheres e professores participantes, para compreender de que forma se dava a referida emancipação.

A pesquisa constituiu-se no conjunto de reflexão dos discursos, sentidos e significados das mulheres, objetos do estudo, enquanto participantes do Programa Mulheres Mil, o mecanismo de funcionamento do Programa e os sentidos atribuídos à formação profissional dessas mulheres. Dessa forma, buscamos identificar a situação em que viviam as mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, e de que forma as políticas públicas concretizavam a inclusão destas mulheres no mundo do trabalho. Pois,

A pobreza não é somente um estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um *status* social específico, 'inferior' e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. (PAUGAM, 2003, p. 45).

Administrar o Programa Mulheres Mil tendo de buscar parceiros voluntários na Comunidade para recomposição de conteúdos básicos, além de disciplinas do eixo tecnológico, se deu de forma complicada por falta de disponibilidade de professores.

Por outro lado, as mulheres lutam diariamente pela inclusão, por salário de subsistência, se sujeitando ao mínimo numa disputa acirrada sobre o lugar que querem ocupar na sociedade. Nesse sentido, questionamos: de que forma o Programa Mulheres Mil integrava as mulheres na Sociedade? Ou ainda, como as mulheres percebiam as políticas públicas dirigidas à educação, à saúde, à assistência social, à proteção básica?

O Objetivo Geral da pesquisa foi identificar as possibilidades e os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil para o alcance da emancipação de mulheres para mundo do trabalho. Desdobrado nos seguintes objetivos específicos: Verificar, na Vila Cachoeira e no Assentamento Frei Vantuir, as condições materiais de vida e sobrevivência das mulheres; Identificar os elementos das políticas públicas que interferem positiva ou negativamente na Vila Cachoeira e

Assentamento Frei Vantuir para a emancipação de mulheres para o mundo do trabalho; Avaliar o sentimento das mulheres frente ao desemprego e à falta de acesso ao trabalho.

Justificativa

Diante de questionamentos frente ao Programa Mulheres Mil no IFBA, Campus de Ilhéus, no âmbito de políticas públicas voltadas à educação para o mundo do trabalho, há que se refletir se essas mulheres realmente conseguirão a emancipação. Sob a luz do capitalismo, a ênfase da educação para o trabalho da mulher é apontada como empoderamento e conquista de espaço sem levar em conta a territorialidade, a dessocialização e todo mecanismo que estrutura a vida das pessoas excluídas. As Políticas chegam de forma verticalizada, são implantadas, mas não garantem acesso a todos os excluídos.

Para as mulheres não foi fácil a compreensão do significado de liberdade, valor de trabalho, trabalho precário, mais valia, feminização da pobreza ou desemprego estrutural. Elas sabiam que as mulheres conquistaram novos espaços, conseguiram avançar nos direitos, mas ainda vivem em conflito entre permanecer em casa cuidando dos filhos ou ir à luta.

O Campus do IFBA, no qual foi realizado este estudo, está situado na Rodovia Ilhéus – Itabuna, no Bairro Vila Cachoeira e foi inaugurado no segundo semestre de 2010. A cidade de Ilhéus tem aproximadamente 200 mil habitantes, com um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 3,4 e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,66. Os sujeitos ou as participantes da pesquisa foram as Mulheres da Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, alunas do Programa Mulheres Mil matriculadas no ano de 2012 e 2014.

Fundamentação Teórica

Sobre o conceito de políticas, buscamos fundamentos na concepção de Bobbio (2002, p.1); para o pensador, política é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Esse sentido de política talvez seja o mais presente no imaginário das pessoas: de atividade e competição política. Outro sentido da palavra política é a que tem relação com orientações para decisão e ação.

As Políticas Públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação dessas decisões. Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e tem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Alguns autores defendem a política numa abordagem estatista: aquela que é monopólio de atores estatais (Hecló, 1972; Meny e Thoenig, 1991; Houlette Ramesh, 2003). Outros consideram a política pública numa abordagem multicêntrica que considera organizações privadas, organizações não governamentais, juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento de políticas públicas (Dror, 1971; Kooiman, 1993; Rhodes, 1997; Regonini, 2001).

Nesta pesquisa, a política do Programa Mulheres Mil foi analisada dentro da abordagem estatista, levando em consideração a reforma do Estado, que carregou em seu construto a adoção de políticas restritivas de gastos e passaram a dominar a conjuntura econômica, social e política da sociedade do capital. Os valores neoliberais trouxeram novas visões sobre o papel dos governos e substituiu as políticas empreendidas pelo chamado “Estado de Bem Estar” por políticas de restrições, o chamado “Estado Mínimo”[i].

A promessa de política de bem estar social preconizado pela social democracia não foi alcançada no Brasil. Atualmente, a miséria e a fome alcançam grande patamar e, por mais que esta situação seja apresentada na mídia em geral, ou nos dados do IBGE por uma redução de pobreza, não mais de pobreza extrema, tais dados não garantem que o estado esteja assumindo seu papel protetor e cuidador de indivíduos e que tenhamos alcançado enfim o bem estar social.

A Política de Assistência Social é a que mais sofre nos dias atuais para manter-se como política pública para combater os reforços dos esquemas tradicionais de poder como as práticas de clientelismo e de subalternidade. Ainda se vê em todo território e comunidades vulneráveis, articulações políticas de assistencialismo e tutela, que contrariam os princípios promulgados no artigo 194 da Constituição, conforme previsto na operacionalidade da seguridade social no Brasil[ii].

Segundo Biondi (1999, p. 32), nos tempos atuais, as noções ainda hegemônicas de competência e empregabilidade influenciam a presença, ausência e intensidade da vinculação das ações de qualificação de qualquer nível com as estratégias de desenvolvimento sócio econômico ambiental includente. Esse autor, sob uma perspectiva marxiana e gramsciana, aponta que é imperativo pensar o trabalho como principio educativo, não apenas o trabalho como um fim,

mas como portador de um conjunto de significados filosóficos, econômicos, políticos práticos pedagógicos.

Desse modo, ações de inclusão partem do princípio de envolvimento de atores sociais na discussão, diálogo entre representantes sindicais para analisar e refletir sobre o que está posto sobre políticas de trabalho, emprego e renda, ultrapassando o campo educacional.

Com relação à mulher, em sua inserção no trabalho, como forma de adquirir a cidadania plena, buscamos respaldo no pensamento de Marx. Para o materialismo de Marx, o trabalho é uma categoria que define o próprio homem, visto que a instância do trabalho define aspectos da história da humanidade, o trabalho explica toda ordem de mudança na história. Tal pensamento ficou bem claro na afirmação de Demerval Saviani em seu texto sobre a Natureza e Especificidade da Educação, em que o autor pondera que

Com efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de adaptar-se à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia os homens dos outros animais é o trabalho (SAVIANI, 2003, p.11).

O fator fundante do trabalho há mais de quatorze mil anos foi a transformação da natureza para subsistência humana, produzir para atender às necessidades. No contexto histórico do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade a sociedade igualitária deixa de existir e surge a divisão de classes, o trabalho foi expropriado, ou seja, o indivíduo entregou seu trabalho excedente na mão de uma minoria (proprietários dos meios de produção) por conta da mercantilização.

O trabalho tem como essência ontológica, essencialmente, uma inter-relação entre o homem (sociedade) e a natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.), como orgânica. Para Marx (1988, p.142),

O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens.

Lukács (1997), autor marxiano enfatiza o trabalho como a única forma existente de um ser finalisticamente produzido que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social. Marx mostra como o homem, ao operar sobre a natureza e transformá-la, muda ao mesmo tempo a sua própria natureza, desenvolve as potências que nela estão adormecidas e sujeita o jogo das suas forças ao seu próprio poder.

Buscamos em Marx a ideia central que o dinheiro converte-se em capital, o capital em fonte de mais valia[iii], e a mais valia transforma-se em capital adicional. A forma como se estabelece o funcionamento da economia capitalista, a distribuição de bens segundo a divisão em classe tende a produzir um polo de intensa acumulação de riqueza e outro polo de crescente pobreza.

A sociedade tecnológica em que vivemos se assenta em um modelo mecanicista de natureza que remonta a Bacon e Descartes. Conjecturar sobre a emancipação de mulheres para o mundo do trabalho envolve cogitar o processo histórico do trabalho.

Trazendo essa análise para a pesquisa no Programa Mulheres Mil, sabemos que o crescente investimento em políticas focalizadas, que através de diversas roupagens, prioriza um eixo de políticas públicas apoiado na família e nas mulheres.

A metodologia utilizada nesta pesquisa é qualitativa. Em relação ao objeto de investigação, trata-se de uma pesquisa exploratória como um estudo preliminar realizado com a finalidade de adequar o instrumento de medida à realidade de que se pretende conhecer. O Método que utilizamos foi o da Pesquisa-ação, baseado em Thiollent (2005).

Os instrumentos utilizados foram: roteiro de entrevistas semiestruturadas; roteiro de observação direta/diário de campo; fotografias/gravações; roteiro das reuniões (seminários) e conversas informais. As técnicas utilizadas foram conversas guiadas e fluidas (perguntas abertas). As mulheres foram informantes e não apenas respondentes para iniciar o acesso às fontes que colaboraram ou não com a evidência.

A preocupação na pesquisa é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável conferido pelo locutor no próprio ato de produção de texto. Trabalhar a fala dos envolvidos através de um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitissem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Na análise de conteúdo, segundo Bardin (1977, p. 42):

[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes. (BARDIN, 1977, p. 42).

Resultados

A pesquisa realizada com as mulheres residentes na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir foi um trabalho, ao mesmo tempo difícil, por conta do tempo, e suave, diante da formação da pesquisadora e a convivência construída entre esta e as mulheres. Elas não mediam esforços para colaborar com a pesquisa. Existiram momentos, que o papel desempenhado por algumas colaboradoras foi fundamental para esclarecer o sentido da palavra para outras mais retraídas, criando clima bastante satisfatório.

As visitas e a interlocução com os sujeitos da pesquisa se deu como movimento participativo entre as mulheres, como processo de construção de emancipação. No que diz respeito aos dados demográficos da amostra aleatória, contendo 40 mulheres, apresenta-se os seguintes resultados:

Quanto à faixa etária das mulheres pesquisadas, a variação está entre 17 e 61 anos. Delas, 12,5% estão fora de sala de aula há muito tempo. Um dado importante registrado é que 22,5% das entrevistadas estão entre as jovens que procuram o Programa Mulheres Mil buscando um curso que lhes assegure expectativa de trabalho através da profissionalização.

Em relação à cor, 12,5% afirmam que são brancas, 22,5% se dizem negras, 2,5% são amarelas e indígenas e 60% se consideram pardas. Quanto à escolaridade, 37,5% possuem o ensino médio completo, enquanto 20% completaram o ensino fundamental. 17,5% das mulheres matriculadas no Programa não conseguiram completar o ensino fundamental, 5% são analfabetas e apenas 2,5% dessas ingressaram em cursos superiores, que não concluíram. Esses dados apontam para o analfabetismo estrutural.

Quanto ao número de filhos, 20% das mulheres não têm filhos, 25% têm apenas um filho. Vale destacar que 25% dessa frequência é de mães solteiras, que engravidaram na adolescência, o que revela mais uma situação de vulnerabilidade, considerando que a maioria dessas mães precisa abandonar os estudos para tomar conta do filho. Das mulheres matriculadas, 27% têm dois filhos, 15% têm três filhos, 5% quatro filhos e 7,5% têm acima de quatro filhos.

Em Paugam (1993, p. 34), os fragilizados se caracterizam por uma precariedade econômica ligada na maioria das vezes a status jurídicos inferiorizados: estágios de formação, emprego por tempo determinado ou “bicos” ocasionais, desemprego etc. Beneficiam-se de uma intervenção social pontual, em razão das dificuldades, essencialmente financeiras.

Para Ricardo Antunes (1995), a nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. O trabalho nos dias atuais é desespecializado e multifuncional; há maior exploração da mão de obra, crescente informalização do trabalho, bem como trabalho desprovido de regulamentação com redução e extinção de direitos sociais.

Em sua tese de doutoramento, a pesquisadora Carla Liane Nascimento coloca a informalidade como processo da autonomia perversa, quando analisa as especificidades da formação da sociedade brasileira e de seu mercado de trabalho. O Brasil historicamente deixou de fora das relações contratuais de emprego o universo de trabalhadores livres que resistem cotidianamente às desigualdades sociais e à pobreza, por intermédio do expediente das atividades informais no comércio das ruas.

Esta autora coloca a importância do entendimento da natureza da constituição do Estado Social no Brasil, revelando, mesmo após a conquista dos direitos trabalhistas, implementados na década de 1930, a fragilidade dos sistemas de proteção social e a conseqüente violação das prerrogativas da cidadania.

Sobre a religião das mulheres, da amostra pesquisada, 25% delas afirmam não ter religião, das que frequentam igreja, registramos que, 32,5% são católicas, 5% são adventistas, 2,5% são espíritas, 35% são evangélicas, e nenhuma afirma frequentar o candomblé. Entre as que praticam a religião, o maior número está entre as mulheres acima de cinquenta anos, sendo possível perceber um aumento de disseminação da religião evangélica, através da conversão.

Estas mulheres estão fora do mercado formal de trabalho, pois foi verificado que apenas 10% delas possui carteira assinada, enquanto 90% trabalham sem assinatura na CTPS. Segundo Cardoso (2011, p. 265-295), a crise econômica provoca capacidade decrescente de absorção de mão de obra. Percebe-se que o trabalho, em nossa sociedade, se encontra sob um rígido processo de transformação de sua divisão, organização, fragmentação e racionalidade, desqualificando-o como categoria central de análise.

Aqui transparece a realidade da sociedade sem perspectiva de trabalho concreto que possibilite as pessoas de desenvolver e atingir a emancipação, daí a necessidade de empreender mudanças e refletir sobre novas possibilidades para as mulheres. Remetemos a Castel (1998, p. 593), que alerta quanto ao núcleo da questão social hoje; seria pois,

novamente, a existência de pessoas inúteis para o mundo, de supranumerários e em torno deles, de uma nebulosa situação marcada pela instabilidade e pela incerteza do amanhã que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa (CASTEL, 1998, p. 593).

Foi constatado que 90% das mulheres nunca tiveram carteira de trabalho assinada; do restante, 2,5% assinou apenas uma vez; o mesmo percentual (2,5%) assinou a carteira três vezes, enquanto 5% assinou a carteira somente duas vezes.

Esse gráfico representa o reflexo do trabalho informal apontado pelos dados do Banco Mundial; tais dados indicam que 50% da mão-de-obra não rural brasileira está no mercado informal da economia. No emprego informal, além de ser comum a remuneração abaixo do nível mínimo legal, os trabalhadores são privados dos benefícios de seguridade social, como a aposentadoria remunerada e não se encontram cobertos por medidas de proteção à saúde. Sem a carteira de trabalho registrada, indicativo da formalização do contrato de trabalho, não há garantia da compensação financeira em casos de doenças e acidentes, como nas licenças médicas, porque o trabalhador se encontra fora do controle do Estado.

Momento com as Mulheres (Seminários)

Na realização de visitas à Comunidade, optamos por escolher um espaço de lazer, para realizar o evento. Esse espaço foi escolhido por elas para discutir o que poderia estar interferindo na Comunidade para as mulheres alcançarem a emancipação.

Utilizamos nessa abordagem cartolinas e lápis e separamos por grupos com um líder e a pesquisadora monitorava todo o grupo, visitando e apoiando nas discussões. A impressão da pesquisadora é que na sala de aula as mulheres se comportavam de forma passiva e nas discussões fora da sala demonstravam outros comportamentos, talvez por estar no espaço de pertencimento.

No momento de registro escolheram pessoas que escreviam melhor e, observamos que os adultos têm vergonha de se mostrar analfabetos, posto que a oralidade foi predominante.

Foi necessário promover a discussão e iniciar o debate sobre educação e política para garantir a cidadania e atender às demandas das minorias, pois, segundo Sader (1988):

Os movimentos sociais “Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. [...] uma nova concepção política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações de Bairros”.

Nesta etapa de seminários (encontros), as entrevistadas já conviviam mais comunicativas em grupo, discutindo a importância da participação e mobilização das mulheres, para apontar as situações que poderiam estar afetando a emancipação para o trabalho, diante da realidade local. Foi neste ambiente e seguindo esta metodologia que a pesquisadora registrou a visão das mulheres em relação às dificuldades que enfrentam na comunidade. As categorias trabalhadas estão relacionadas com questões relativas à Saúde Local, Segurança Pública e Urbanização e Assistência Social.

A pesquisadora verificou, a partir da fala das mulheres, o quanto estas se sentem e se encontram desassistidas. Elas entendem que a saúde é muito importante para o trabalho, e que a questão da falta de mobilidade dos usuários para se deslocarem até os hospitais é um ponto de grande dificuldade para elas. “A gente paga imposto e não recebe remédio, no posto falta sempre”.

Inferências:

A opinião que mais se aproximou dos objetivos da pesquisa foi “a saúde é muito importantes para poder trabalhar”, mas no confronto das opiniões com a realidade vivida, é que há grande falta de interesse dos gestores em acompanhar a localidade com relatório de atendimento, cadastro por rua, através de PSF local. Observamos que, no cadastro de Unidade do SUS CNES, o espelho apresenta que o posto está em pleno atendimento, mas não é isso que as mulheres demonstram. Percebemos o desmonte da rede de saúde no município; elas precisam do posto de saúde mantém boa relação com a funcionária, mas não estabelecem o poder de agir e reclamar, se sentem submissas ao sistema.

Não podemos perder o direcionamento do direito enquanto processo emancipatório, quando se depara com uma realidade ora apresentada contraditória ao princípio da Lei do SUS. E quanto ao Art.196 da Constituição Federal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção

e recuperação.” (BRASIL, 1988).

No desenvolvimento da pesquisa observou-se que as mulheres relacionam bem o fator segurança com vulnerabilidade e emancipação: “a gente tem que chegar cedo em casa, precisa vê a noite, que perigo é andar a pé para casa sem iluminação nas ruas e nas portas da escola”. Percebem que a polícia tem um caráter punitivo e de controle da ordem, mas não cabe a elas buscar alternativas de diálogo com o poder público para prevenção na área de segurança, cabe ao Estado. Portanto há uma inversão de responsabilidades naquele território.

Percepção marcante desse quadro é a desproteção social, a questão de segurança não é tratada de forma preventiva, não há um trabalho educativo, e as mulheres associam o papel da polícia ao controle da marginalidade, quando a comunidade é afetada.

No que se refere à educação há desconforto em relação ao distanciamento das instituições de ensino com a comunidade local, há de se pensar o que estamos fazendo com os que moram do outro lado do muro do IFBA que gritam pela garantia de educação, mesmo não sendo apenas responsabilidade da Política educacional profissionalizante.

Na opinião das mulheres a educação é o fator que significa se aproximar da emancipação, mesmo não tendo muita compreensão do significado de emancipação.

Segundo as considerações de Mészáros, educar não é mera transferência de conhecimento, mas sim, conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades (MÉSZÁROS, 2008, p. 13). As Políticas Educacionais agem de forma paralela como se educar o indivíduo fosse feito em partes isoladas, onde cada um faz um pouco. Nesse significado, as mulheres são vítimas do sistema econômico vigente.

Acrescentando o que defende Gramsci (1991), precisamos de uma escola única inicial de cultura geral humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento de capacidades de trabalhar manualmente (tecnicamente e industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Proposições do Seminário

Após o término do Seminário a pesquisadora pode perceber com mais clareza o resultado da participação das mulheres nas reuniões, como pensam na mudança e verbalizam a necessidade de apoio dos gestores locais e parceiros em Rede, para fortalecer as ações e provocar a discussão sobre as expressões da desigualdade social daquele local.

Dentre as principais demandas, a necessidade de repensar as políticas públicas no sentido de redirecionar as práticas já existentes de ações verticalizadas, sem ouvir os sujeitos do processo. Esse momento de encontro foi a sensação mais forte da pesquisadora, onde se pode perceber, nos seminários, a vontade de falar das mulheres, de colocar todo sentimento de abandono, de falta de respeito e minimização da cidadania. Diante das proposições do grupo, quando se aproximam dos objetivos da pesquisa, fica evidente que as práticas acadêmicas têm dialogado pouco sobre a pesquisa interligada à extensão.

Nessa etapa de encontro, no auditório do IFBA, houve o sentimento que houve pressão por parte de professores e direção do IFBA, que participaram do encontro, por achar que a pesquisa estava induzindo as mulheres a brigar com os gestores locais, chegando a pedir muita cautela na abordagem. Em Touraine (1997, p. 90), um movimento social é um conjunto mutável de debates, tensões e desgarramentos internos.

A partir dessa etapa da pesquisa inicia-se a aplicação do método de análise temática de textos. Segundo Bardin (2011), a análise temática é uma das formas que melhor se adequou a investigações qualitativas. Como propõe o mesmo autor, três etapas constituem a aplicação desta técnica de análise: (1) Pré-análise; (2) Exploração do material; (3) Tratamento dos resultados e interpretação.

Sobre a real efetividade do Programa Mulheres Mil, do Governo Federal, pode-se afirmar que a resposta que mais se aproxima da objetividade do Programa: “É uma iniciativa do governo que visa melhorar a vida das pessoas...”. Confrontando as opiniões subjetivas com a realidade local observa-se um desencanto frente ao desemprego na região. Diante dessa realidade, o Programa M. Mil precisa repensar de que forma está ofertando o curso, planejar com a rede local formas de cadastro das mulheres para emprego, qualificar de acordo com as vagas ofertadas na região, promover fórum de trabalho e emancipação para ampliar os horizontes sobre cursos profissionalizantes.

Sobre o que mudou, elas apontam o significado do curso em suas vidas: o Programa veio trazer novas expectativas, ao tempo em que preencheu os espaços ociosos. O programa pode melhorar a autoestima e criar entusiasmo para que elas voltem a estudar, mas precisa de continuidade e sistematização de ações.

Fazendo uma análise sobre trabalho informal e desemprego, as Mulheres demonstram medo de encarar as atividades em função de baixa autoestima, mostrando o significado que dão à falta do ensino médio, o desconforto pela falta de respeito pelos desempregados, ou melhor, pela maioria dos moradores desempregados daquela localidade. Elas

compreendem a dimensão do desemprego estrutural, e que a falta de trabalho interfere na liberdade.

Para Paugam (2003, p. 61), a crise de status provocada pelo emprego e pela conseqüente humilhação está associada a uma identificação de honra ao trabalho. Na tese estrutural da pobreza “os pobres são afastados temporária ou definitivamente do mercado de trabalho, porque na ausência de renda, poder e instrução, suas chances de promoção social são comprometidas pelos limites que os condena pela exclusão social” (PAUGAM, 2003, p. 52).

Segundo o mesmo autor (2003, p. 52) a deslocalização, processo que empurra progressivamente para fora da esfera produtiva aqueles seguimentos profissionais menos qualificados, ocorrendo a perda de referência, refere-se à precariedade do trabalho, a ausência da qualificação, a incerteza do futuro; é a exclusão propriamente dita.

O indivíduo não é pobre por ter pouco ou nenhum dinheiro; é desfavorecido de recursos ou de rendas porque, na ausência de saúde, de ocupação remunerada, de instrução, de relações, de capital negociável ou intransferível, ele não pode impor seus direitos sobre os demais, sobre o trabalho alheio (PAUGAM, 2003, p. 46).

Sobre os fatores para emancipação, de todas as respostas, a que mais se aproximou do conceito de emancipação foi “o estudo pode fazer a gente se emancipar e melhorar”. O Conceito de emancipação está longe da compreensão das mulheres, elas precisam de mais tempo no Programa para perceber o significado, mas não depende só delas, cabe ao estado fortalecer essa compreensão.

Conclusões

O presente trabalho identificou as possibilidades e os limites da aplicação do Programa Mulheres Mil para o alcance da emancipação de mulheres para o mundo do trabalho. Constatou as condições materiais de vida e sobrevivência das mulheres na Vila Cachoeira e Assentamento Frei Vantuir, mostrando o território de exclusão do entorno do IFBA. Procurou-se identificar os elementos de políticas públicas, construído com o olhar das moradoras de forma dinâmica.

Trabalhamos na perspectiva de análise de conteúdo como método adequado para pessoas que têm dificuldade de escrita e expressão, e através de materiais, imagens, e palavras para inferir sobre a percepção das mulheres frente ao valor do trabalho, desemprego, trabalho informal e emancipação.

Sendo assim, colocar em prática a metodologia do Programa Mulheres Mil não foi suficiente para que as Mulheres da Vila Cachoeira garantissem empregabilidade, porque os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuavam ocultos.

A pesquisa mostrou que as mulheres compreendem a dimensão do desemprego local, e que a falta de proteção básica é um fator dificultador para modificar suas vidas. Que o desemprego provoca um impacto direto na classe trabalhadora que se torna fragilizada diante das regras do mercado de trabalho. Portanto, a proposta de abordagem com essas mulheres para pensar nas políticas e fazer com que elas saiam do seu lugar de cidadã e volte a ocupar o mesmo lugar com outro olhar de forma crítica e ativa se traduz em movimento de mudança.

Os Projetos devem avançar na perspectiva de inclusão social e de transformação, não apenas para responder aos pactos firmados “Brasil sem miséria”, deve-se pensar em estabelecer metas que vislumbre acesso ao maior número de mulheres em todos os bairros.

A pesquisa não se esgota aqui. O processo deve ser permanentemente acompanhado, para que as mulheres se reconheçam e identifiquem o tipo de trabalho a que estão sujeitas, para se sentirem incluídas na sociedade. Os fragilizados, os assistidos pelos Programas Sociais vivenciam a inferioridade social e podem participar de programas no Planejamento estratégico que discuta com a população local e órgãos competentes as formas de enfrentamento dessa deslocalização social.

Pensar como meta de longo prazo, nas conferências municipais, com proposições que garantam que as empresas aproveitem a mão de obra local, ofertando aprendizado e garantia de estudo em parceria com a Secretaria de Educação.

Se pensarmos na possibilidade de atuarmos em qualquer projeto sendo intelectuais orgânicos, aquele que estuda, analisa e ressignifica as teorias, devemos atuar na perspectiva de buscar caminhos que libertem o ser humano da condição precária em que vive.

[i] Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo.

[ii] A seguridade social foi regulamentada pelas Leis da Seguridade social (1991), Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei Orgânica da Saúde.

[iii] Deduzindo-se o custo das matérias-primas, das máquinas e do salário, o restante do valor da mercadoria constitui a

mais valia, na qual estão contidos todos os lucros.

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CASTELS, Manuel; e BORJA, Jordi. **As cidades como atores políticos**. Novos estudos CEBRAP – Dossiê Cidades (mimeo.), n° 45, julho de 1996.
- CASTEL, Robert. **A Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- CARDOSO, L. A. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo**, Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2011. V. 23, n. 2, pp. 265-295.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, Karl. **O capital: crise da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PAUGAN, Serge. **Desqualificação Social**. Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Editora PUC São Paulo, 2003.
- SANTOS, Carla Liana Nascimento. **Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia: um percurso de “desqualificação social”?** Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2009.
- XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão para uma construção do Imaginário do Desvio**. Lisboa: Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade, 1996.

[1] Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo.

[1] A seguridade social foi regulamentada pelas Leis da Seguridade social (1991), Lei Orgânica da Previdência Social (1991), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Lei Orgânica da Saúde.

[1] Deduzindo-se o custo das matérias- primas, das máquinas e do salário, o restante do valor da mercadoria constitui a mais valia, na qual estão contidos todos os lucros.

Mestre em Educação pelo GESTEC (UNEB), graduada em Serviço Social (UNAERP).

Doutora em Educação (UNEB), Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Licenciada em Filosofia (UESC).

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: